



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

----- ATA N.º 14/2012 -----

-----Aos dez dias do mês de julho do ano de dois mil e doze, no edifício dos Paços do Município de Oliveira do Hospital, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a Presidência de José Carlos Alexandrino Mendes, encontrando-se presentes os seguintes Vereadores: **Mário Américo Franco Alves, José Carlos Nunes Mendes, José Francisco Tavares Rolo, Paulo Jorge Gonçalves Rocha, Telma da Conceição Correia Martinho e Maria da Graça Madeira de Brito da Silva.** -----

-----Secretariou a presente reunião, o Director do Departamento de Administração Geral e Finanças, João Manuel Nunes Mendes.-----

-----Depois de todos terem ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, eram dez horas.-----

-----RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA-----

DOC. 1

-----Foi presente o Resumo Diário da Tesouraria respeitante ao dia **9 de julho de 2012**, cujo saldo disponível em receita orçamental é de **2.108.671,06 € (dois milhões, cento e oito mil, seiscentos e setenta e um euros e seis cêntimos)**, conforme documento em anexo e que fica a fazer parte integrante desta ata. -----

1 - INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

-----**1.1 – SR. JOSÉ ANTÓNIO MAURÍCIO**-----

-----Esteve presente o Sr. José António Maurício que começou por dizer que, recentemente, requereu ao Município de Oliveira do Hospital o cartão de vendedor ambulante para venda de animais na Feira Mensal sendo que até, à data, ainda não recebeu qualquer resposta por parte da Câmara Municipal. Salientou que “é de lamentar que não tenham sido criados lugares específicos para venda de criação e ou outros bens por parte de particulares”. Disse ter conhecimento de que existem muitos lugares vagos naquele espaço, frisando que gostaria de ser informado relativamente à sua pretensão. -----

-----Sobre o assunto, o Presidente da Câmara informou que há um conjunto de pedidos que ainda não foram deferidos uma vez que é intenção da Câmara Municipal proceder a uma reformulação daquele espaço dado que, efetivamente, nem tudo corre tão bem como deveria. Alertou no entanto que os serviços da autarquia precisam de, previamente, estudar o enquadramento legal da pretensão apresentada pelo Sr. José António, uma vez que está em causa a venda de animais. -----

-----O Sr. José António Maurício disse ainda ter conhecimento de alguns particulares que pretendiam vender na feira os seus produtos agrícolas e também não lhes é possível por falta de lugar, ao que o Presidente da Câmara disse não corresponder à verdade, uma vez que, no segundo sábado de cada mês tem lugar no Mercado Municipal de Oliveira do Hospital **a Mostra de Produtos Biológicos – “Da Nossa Terra”**, onde lhes é dada essa possibilidade, a custo zero. -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----Interveio o vereador Mário Alves tendo acrescentado que todos aqueles que tiverem intenção de vender no Mercado Municipal os seus produtos agrícolas poderão fazê-lo quando quiserem e não precisam de requerer o cartão de vendedor ambulante. -----

-----O vereador José Francisco Rolo explicou que a **Mostra de Produtos Biológicos – “Da Nossa Terra”** que, habitualmente, tem lugar no segundo sábado de cada mês no Mercado Municipal, é precisamente uma oportunidade que é dada às pessoas que assim quiserem, para venderem os seus produtos, a custo zero, pois não têm que pagar o aluguer do espaço. Esclareceu tratar-se de uma ação que nada tem a ver com o normal funcionamento do mercado e que é realizada ao sábado pelo facto de existir um conjunto de pessoas que se deslocam a Oliveira do Hospital para comprar produtos biológicos.-----

-----O vereador Mário Alves esclareceu ainda que, atualmente, a atribuição de lugares na feira mensal de Oliveira do Hospital, decorre, por força da lei, de um sorteio com a presença dos representantes dos feirantes.-----

-----Prestados os necessários esclarecimentos, o Sr. José António Maurício ausentou-se da sala de reuniões.-----

-----1.2 - PROF. FRANCISCO CRUZ – SITUAÇÃO EXPOSTA NA ÚLTIMA REUNIÃO DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A UTILIZAÇÃO INDEVIDA DE BENS DO DOMÍNIO PÚBLICO-----

DOC.2

-----Esteve ainda presente o Sr. Francisco Cruz que começou por se apresentar como representante da empresa CRAPTUR, Lda., referindo que a sua presença nesta reunião se deve ao facto de ter tido conhecimento que na última reunião desta Câmara Municipal foi levantada uma questão relacionada com a sua empresa e sobre a qual gostaria de ser esclarecido.-----

-----Sobre o assunto, o Presidente da Câmara explicou que aquilo que foi dito em reunião de Câmara é que existe um caminho de acesso a águas termais na localidade das Caldas de São Paulo, considerado público há muitos anos, que tinha sido vedado, e que perante essa denúncia ordenou à fiscalização municipal que se deslocasse ao local a fim de averiguar se tal correspondia ou não à verdade e bem assim se o mesmo era público ou privado. No entanto, disse que o relatório que lhe foi apresentado pela fiscalização municipal dava conta que o caminho em causa não estava fechado. Afirmou estar preocupado com esta situação até porque tem conhecimento da existência de um projeto de investimento apresentado pela CRAPTUR à Câmara Municipal que gostaria de ver concretizado no concelho de Oliveira do Hospital. Salientou que perante a situação que foi denunciada na anterior reunião e os comentários que ouviu sobre o assunto, dialogou com elementos da Junta de Freguesia e pôde apurar que, efetivamente, existia naquele espaço um caminho pedonal de livre acesso às águas termais, que posteriormente foi alargado e calçetado pela Junta de Freguesia de Penalva de Alva. Nesse pressuposto, disse entender que o bom senso e o equilíbrio deve imperar no tratamento desta questão para que possam ser encontradas soluções.-----

-----Interveio o vereador José Carlos Mendes esclarecendo que, “o que está em causa é um caminho centenário, de acesso a águas termais, que já frequento desde que comecei a andar e sobre o qual ouvi muitas histórias, contadas por pessoas idosas, dizendo que aquele caminho dava acesso às águas que serviram de sustento a muita gente durante várias décadas, pois existia naquele local uma estância termal”. Mais referiu que “nunca ninguém foi expulso daquele caminho, pois embora grande parte dos terrenos que rodeiam as Caldas de São Paulo fossem da família Vaz Patto, sempre existiu a noção de que também se tratava de um caminho público porque era utilizado pelas pessoas para irem buscar água ao poço de água termal ou mesmo para usufruírem daquele espaço”. Prosseguiu referindo que “era um caminho estreito, a Junta de Freguesia de Penalva de Alva



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

considerou que devia melhorá-lo e contactou o proprietário da altura, tendo se deslocado ao local para acertar com a autarquia os limites para fazerem essa melhoria no caminho. Essas melhorias foram feitas e o então proprietário nunca pôs em causa que o caminho fosse público. As pessoas indignaram-se quando viram o caminho fechado e está a decorrer um abaixo-assinado que será entregue na Câmara Municipal, em que a grande maioria da população das Caldas de São Paulo mostra o seu descontentamento pela atitude que foi assumida sobre aquele caminho”. Deu conta que parte da população esteve reunida numa Assembleia da Liga Recreativa dos Amigos das Caldas de São Paulo onde também demonstrou a sua estranheza pelo caminho ter sido fechado e indignação por isso acontecer. Esclareceu que “não estão contra o investimento que lá possa vir a ser realizado não pode é deixar de defender a sua dignidade e aquilo que os seus antepassados utilizaram livremente de uma forma legal ao longo dos anos”. -----

-----O Sr. Francisco Cruz tomando uso da palavra disse estar perante “mais uma ameaça forte, ou mesmo um atentado, ao projeto de turismo que há três anos está a ser desenvolvido no espaço em discussão”. -----

-----O Presidente da Câmara interrompeu o Sr. Francisco Cruz para o alertar de que o Regimento da Câmara Municipal prevê que o público apenas tenha 5 minutos de intervenção, frisando que como princípio seria bom que utilizasse no mínimo 10 minutos. -----

-----O Sr. Francisco Cruz prosseguiu referindo que apenas pretende que se perceba a razão da sua vinda a este órgão e a razão por que diz que se trata de “mais um ataque dos muitos que têm acontecido ao projeto de turismo nas Caldas de São Paulo”, constatando que “e digo isto porque este projeto, que se iniciou há cerca de três anos, já sofreu ameaças de advogados, ameaças à minha integridade física e moral e difamações e calúnias quando foi dito que eu teria uma sociedade com o senhor vereador José Carlos Mendes”. Continuou dizendo que “eu desafio-o hoje, porque pela primeira vez teve a coragem de sair da toca, porque até hoje tem andado sempre como a toupeira, escondido, e hoje pelo menos tenho a oportunidade de lhe dizer cara a cara, e olhos nos olhos, que não tenho medo de estar aqui ou onde quer que seja”. -----

-----O Presidente da Câmara interrompeu mais uma vez o Sr. Francisco Cruz para o alertar de que, na sua intervenção, não deve utilizar quaisquer expressões que sejam ofensivas em relação ao vereador José Carlos Mendes. -----

-----O Sr. Francisco Cruz referiu ser uma pessoa calma e respeitadora acima de tudo. Disse no entanto que “no que se refere a difamações e calúnias, para além da dita sociedade, foi dito que já tinha tido uma sociedade e que fui a Lisboa comprar um terreno só em meu nome, que comprei uma viatura ao meu pai e a ofereci ao ex-presidente da Liga, à data em que eu adquiri a propriedade, e que a Liga nunca foi notificada, quando a Liga e todos os arrendatários daquela propriedade foram notificados. E portanto, ainda bem que essa situação aqui surge porque assim tenho a oportunidade de, publicamente, fazer prova, porque as pessoas dizem e eu provo”, sublinhando que “a grande diferença entre a minha postura e a postura de outras pessoas é essa”. Referiu ainda que “como não estava satisfeito, na retaguarda de uma senhora de 88 anos, que era minha arrendatária, instigou-a a avançar com um processo em tribunal para exercício de direito de preferência, porque a qualquer preço desejava e sempre tentou apropriar-se do negócio que eu tinha feito. Para além disso temos a população que desde muito cedo, desde há três anos até a esta parte, e a partir do momento que teve conhecimento que era eu o novo proprietário daquele espaço trabalhou e levou a população à indignação chegando mesmo a ser colocada uma placa dentro da minha propriedade que dizia assim “Aqui Jaz Prof. Chico”. Segundo técnicos, configura com uma ameaça de morte e eu não fiz nada apesar de haver lá impressões digitais. Eu podia ter agido e não o fiz, porque o meu único objetivo era erguer um projeto porque trabalho para o bem da comunidade e do concelho. Não ando aí a abanar bandeiras e paizinhos de bandeira de que o turismo...o turismo..., e depois quando aparece



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

um projeto capaz de dinamizar e promover todo este espaço como um destino turístico faz-se de tudo para se perder porque é isso que estamos a assistir”. Verificou também que “no dia da apresentação do meu projeto, no dia 19 de setembro de 2009, a própria população lançou uma campanha de ataque às pessoas que iam assistir lançando um panfleto na rua a dizer que “estávamos a assistir a um circo e que as pessoas que lá iam eram os palhaços, etc.”. Mais referiu que “estamos a falar de há três anos atrás e nunca ninguém me impediu, publicamente, de dizer o quer que fosse. Trabalhei sempre e em exclusivo no interesse do projeto e é nisso que estou empenhado, tanto é que, recentemente, o contrato de exploração que existia com a Liga Recreativa dos Amigos das Caldas de São Paulo na ocupação do espaço do choupal terminou no passado dia 1 de julho de 2011, e em colaboração com a direção da Liga, que são os legítimos representantes dessa associação, mas instigados por terceiros, a população voltou a manifestar-se, alegadamente, porque os marcos não eram da Liga e então convidei as pessoas que diziam que não era ali e em conjunto com a população verificámos a existência de um marco, que as pessoas pensavam que não existia e, *a posteriori* para que tivessem acesso à parte superior das bancadas, onde existe uma arrecadação, tomei a iniciativa de oferecer à Liga uma faixa de dois metros para poder ter um acesso a cargas e descargas dessa mesma arrecadação”. Realçou que “está lá o marco, está lá a vedação feita e está bem visível”. Continuou dizendo que “posteriormente fui convidado pela Liga para participar numa sardinhada e eu fui. E portanto, quando se diz que a população está indignada, até hoje, a mim, diretamente, nunca ninguém mostrou qualquer indignação”. Sublinhou no entanto que “essa indignação é manipulada em reuniões privadas, porque também a Liga reuniu no fim de semana em Assembleia Geral, mas eu, que sou sócio, há três anos que não recebo convocatória e por alguma razão deve ser, porque um sócio, no seu pleno direito e com quotas em dia tem a obrigação estatutariamente de ser convocado e há três anos que não o sou, nem eu, nem nenhum dos outros sócios que não residem dentro da povoação”. Disse entender que o objetivo é derrubar o projeto pois sabe que aquilo que se diz é que “se por acaso não for eu o promotor o projeto avança, enquanto for eu o promotor aquilo é para destruir, mas ele vai avançar na mesma, quer seja eu ou não o promotor”. -----

-----Ainda no que se refere ao caminho em questão referiu que “se consultarmos a lei, um caminho público serve propriedades para que as pessoas se desloquem, e eu pergunto, qual é que é a propriedade que aquele caminho serve? Aquele caminho sempre serviu os arrendatários da própria propriedade, que eram sete, à data em que eu o adquiri, e para ir para o interior da propriedade precisavam daquele caminho. Também sempre serviu a Liga dos Amigos das Caldas de São Paulo que o utilizou porque o Choupal confina exatamente com este caminho e as pessoas em vez de darem a volta pelo caminho público atravessavam a propriedade e entravam diretamente no espaço que tinha sido alugado dentro da propriedade”. Referiu ainda que “alega-se aqui que é para servir as águas e sobre as águas há instituições públicas responsáveis por estes processos onde têm técnicos a trabalhar neste processo, e portanto não me vou pronunciar muito sobre isso. Apenas informo que o Sr. Presidente da Câmara irá em breve ser notificado sobre os procedimentos que deve seguir relativamente a essas águas”. -----

-----O Presidente da Câmara dirigindo-se ao Sr. Francisco Cruz referiu que “o senhor vem aqui defender que o caminho não é público e que é seu”, ao que o Sr. Francisco Cruz entregou em mão um esclarecimento que lhe foi prestado pelo anterior proprietário, Engº Luís Vaz Patto, frisando que “ele esclarece a sua dúvida e a de qualquer outra pessoa”. -----

-----O Presidente da Câmara tendo presente o referido esclarecimento, documento que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta ata (**DOC. 2**), procedeu à sua leitura na íntegra.-----

-----O Sr. Francisco Cruz salientou que “isto vem contradizer tudo aquilo que já aqui foi dito, foi autorizado pelo proprietário, aliás, já há alguns meses e porque imaginei que tudo isto pudesse vir a



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

ser objeto de discussão auscultei a opinião do Presidente da Junta, à data, e perguntei-lhe em que moldes é que aquele caminho havia sido pavimentado. E ele respondeu-me que “foi a junta de freguesia a entidade responsável pela pavimentação em causa, por indicação do Sr. Vice-Presidente da Câmara à data, que me disse faça, faça que eu já tenho autorização”, ou seja, penso que também é importante neste processo que o Sr. Presidente da Junta, à data, esclareça se aquilo que me transmitiu, informalmente, corresponde ou não à verdade. Se corresponde, então há aqui implícita responsabilidade e usurpação de poder e apropriação de direito privado para domínio público, se não existe, então a Junta de Freguesia deve responder por que razão é que ocupou uma propriedade privada”. Disse entender que “é importante que em relação às águas se perceba que o caminho de acesso sempre foi utilizado para ir às águas mas esquecem-se é que há registos diversos de que as pessoas não iam lá de livre e espontânea vontade. Iam lá buscar cântaros de águas para servir os banhos nas suas habitações e pagavam, e portanto, aquilo não é público. Se pagavam, não pagavam ao padre da freguesia, pagavam ao proprietário”. -----

-----O vereador Mário Alves tomando uso da palavra, referiu que “a exposição feita pelo Sr. Francisco Cruz é incorreta para com um membro deste executivo”, sublinhando que “nada lhe dá o direito de vir aqui insinuar o que quer que seja relativamente a um membro deste executivo”. Prosseguiu repudiando essa atitude por considerar que “já no passado fui alvo de circunstâncias idênticas e não posso admitir que alguém venha aqui trazer casos e quezílias particulares que devem ser resolvidas fora deste órgão, que nada tem a ver com as suas características, pois é um espaço de discussão pública e do interesse público”. Clarificou que “o que está em causa é se determinado espaço é ou não público e a intervenção do munícipe, Sr. Francisco Cruz, deveria, única e exclusivamente resumir-se a defender a sua tese relativamente a esta questão”. Continuou referindo que “o próprio Engº Luís Vaz Pato diz nesse documento que havia um acesso pedonal que foi alargado, ou seja, naquele esclarecimento ele reconhece isso. No entanto, se no domínio privado se reconhece que ao fim de 20 anos, sem qualquer obstrução, a pessoa pode tomar posse de uma coisa que não é dela, então e no domínio público, será que não se aplica o mesmo princípio? Se perguntarmos à população das Caldas de São Paulo vão dizer que aquele espaço era um espaço público, porque desde tempos imemoriais sempre lá passaram”. -----

-----Dirigindo-se ao Sr. Francisco Cruz questionou-o sobre se, efetivamente, as pessoas pagavam o acesso ou a água, sublinhando que “a questão fundamental é essa, porque para mim as pessoas pagavam a água e não o acesso”, ao que o vereador José Francisco Rolo referiu ter sido explicado que se tratava de banhos que eram cobrados. -----

-----Pelo vereador Mário Alves foi ainda referido que “a questão é que um caminho público, naquele caso, serve de acesso ao rio que também é um bem do domínio público e que é extremamente importante, e por tanto, dizer que se trata de um caminho público de acesso a propriedades é uma falsa questão”, lembrando que “quando um individuo morre entra em dois metros quadrados e nem sabe que lá entrou, pois alguém o pôs lá”. -----

-----Tomando uso da palavra, o vereador José Carlos Mendes referiu que “não quero descer ao nível do Sr. Francisco Cruz por tudo aquilo que aqui disse e ele vai ter que provar no local certo aquilo que disse, porque fez um conjunto de insinuações que não são verdadeiras”. Declarou ainda que “ao contrário do que ele diz eu nunca me escondi em nada quando está em jogo o interesse público, como é o caso do caminho de acesso ao poço e ao rio”. No que se refere ao pagamento que era efetuado pelas pessoas, disse que “é verdade que as pessoas, em determinada fase, pagavam a água que tiravam do poço das águas termais porque havia uma concessão daquelas águas à família Vaz Pato, que por sua vez pagava um valor anual ao Estado por essa concessão”. Salientou que “a família Vaz Pato deixou de pagar esse valor anual ao Estado e a Construtora do Alva pegou nessa concessão, que teve durante vários anos, pagando também um determinado valor ao Estado



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

enquanto esteve responsável por essa concessão”. Esclareceu que “foi nessa altura que as pessoas pagavam esses valores, agora, aquelas águas são do domínio público e para que as pessoas tenham direito à sua exploração têm que ter uma concessão do Estado”. Agradeceu a postura do vereador Mário Alves no que diz respeito a esta questão, sublinhando que “foi frontal e correto naquilo que afirmou”. Salientou ainda que “o Vice-Presidente a que se referiu o Sr. Francisco Cruz, na altura, era eu, mas vai ter que provar essa situação. Traz para aqui um conjunto de palavras bonitas para tentar justificar o ato indigno, que não passa pela cabeça de alguém, fechar aquele caminho à população das Caldas de São Paulo. Acho que é demais, e é sobre isso que a população das Caldas de São Paulo está revoltada e eu como natural daquela localidade também estou revoltado apesar de ser vereador nesta Câmara Municipal”. -----

-----O Presidente da Câmara reconheceu existir um conjunto de considerações que foram tecidas pelo Sr. Francisco Cruz que são do foro particular e que devem ser resolvidas noutros lados que não neste órgão, ao que o vereador Mário Alves criticou o facto do Sr. Presidente da Câmara ter no entanto permitido que aquele continuasse a sua intervenção.-----

-----O Presidente da Câmara dirigindo-se ao Sr. Francisco Cruz questionou-o sobre se “reconhece ou não que toda a vida ali existiu um acesso pedonal autorizado”, ao que aquele respondeu que “aquele espaço, ao contrário do que foi dito pelo senhor vereador não esteve concessionado à Construtora do Alva mas sim ao Sr. Joaquim Álvaro, o qual, por diversas vezes pediu que lhe fosse prorrogado o prazo para execução de obras e sempre alegou que a família Vaz Pato não autorizava a construção de qualquer tipo de infraestrutura na sua propriedade.-----

-----O Presidente da Câmara referiu-se à questão levantada pelo vereador Mário Alves sobre o domínio público ao que aquele disse que a resposta está plasmada no esclarecimento que lhe foi enviado pelo Sr. Engº Luís Vaz Pato. -----

-----O vereador Mário Alves disse entender que, para melhor esclarecer esta matéria, se o proprietário reclamou a colocação de material que lá foi aplicado, como é dito naquele documento, então deve existir uma reclamação na Junta de Freguesia, verificando que “se não estiver leva-me a pensar outra coisa relativamente ao conteúdo deste documento”. -----

-----O vereador José Carlos Mendes referindo-se ao documento em questão disse que “já depois do Presidente da Junta ter concluído os trabalhos referentes à pavimentação do caminho, estive com ele a falar com o Sr. Engº Luís Vaz Pato relativamente àquele espaço e a única coisa que ouvi ao Engº Luís Vaz Pato foi que, estava muito bem, que as coisas estavam como devia ser, e que devia ser feita uma vedação”. Salientou que “foi isto que me foi dito a mim e ao Presidente da Junta já depois do caminho ter sido concluído”. -----

-----O Presidente da Câmara questionou ainda o Sr. Francisco Cruz relativamente à sua visão no que se refere à permissão do acesso das pessoas à propriedade e às águas termais, ao que aquele questionou por sua vez “qual é que é o objetivo do acesso à propriedade uma vez que, neste momento, a propriedade não tem nenhum arrendatário para além da existência de dois moradores. -

-----O Presidente da Câmara clarificou que a sua intenção é apenas tentar evitar uma situação jurídica que, no seu entender, pode ser desagradável para todos. -----

-----O Sr. Francisco Cruz referiu que, neste momento, a entidade que teria legitimidade para reclamar seria a Liga Recreativa, isto se não fosse servida pelo caminho público, questionando “qual é que é o objetivo das pessoas atravessarem uma propriedade privada para se servirem de quê dentro dessa própria propriedade”. -----

-----O Presidente da Câmara lembrou no entanto que “a verdade é que também está em causa a pavimentação de um caminho, um investimento com dinheiro público, e na utilização das pessoas, sem oposição ao fim de muitos anos, são situações que também nos dão direitos...”. -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----O vereador Mário Alves questionou ainda “por que razão é que ao fim de tanto tempo de ter adquirido a propriedade é que o Sr. Francisco Cruz teve este ato”, sublinhando que “eu até admitia, numa hipótese académica, estar aqui a discutir o assunto se a pessoa em questão tivesse acabado de comprar a propriedade e tivesse obstruído o caminho, até admitia, nessa perspetiva. Agora, ele próprio, enquanto proprietário, não ousou, à data da aquisição, em fazer o que fez agora. E portanto, isto leva-nos a pensar algo mais...”. -----

-----O Sr. Francisco Cruz disse que “os problemas só começaram a partir do momento em que a população teve conhecimento que era eu o novo proprietário, mas eu apenas vedei a passagem a partir do momento que cessei o contrato de exploração do Choupal com a Liga Recreativa, ou seja no passado dia 1 de junho”. -----

-----O vereador Mário Alves disse entender que “a Câmara Municipal deve acionar um processo judicial para resolver esta questão de uma vez por todas”, ao que o Presidente da Câmara referiu que, como é do conhecimento de todos, considera que a intervenção judicial é sempre a última instância uma vez que prefere encontrar alguns equilíbrios dentro das comunidades e não fazer a divisão destas. -----

-----Pelo Presidente da Câmara mais foi referido que “logicamente que, em casos extremos, a Câmara Municipal defenderá aquilo que considera ser um bem público, mas de qualquer modo gostaria de reunir com um conjunto de pessoas para juntos encontrarem uma solução para o problema pois está em causa um projeto que considera ser válido para o concelho”. Mais referiu tratar-se de um assunto que o incomoda como Presidente deste município, reconhecendo e reiterando aquilo que foi dito pelo vereador Mário Alves. Disse igualmente entender que este espaço não é efetivamente o melhor lugar para ajustar contas com o passado ou de relações pessoais, e por essa razão entende que deve existir bom senso e equilíbrio no sentido de que, em conjunto, consigam perceber o que é que importante para o concelho em termos de desenvolvimento sustentado. -----

-----Interveio o vereador José Carlos Mendes referindo que “as insinuações continuaram e podia ter respondido a todas elas e ter levantado muitas outras, mas sei que não é este o sítio próprio e tenho capacidades para perceber onde é que devo ou não falar sobre determinadas coisas e por isso sei perfeitamente que aqui não o devo fazer”. Lembrou no entanto que “o Sr. Francisco Cruz terá que responder perante o local certo relativamente às insinuações e provocações que fez em relação à minha pessoa, aqui neste órgão, ou seja, o órgão que deve sempre ter em conta o bem público e eu tenho tido em conta ao longo da minha vida o bem público e não questões pessoais”. -----

-----O Presidente da Câmara disse entender que “tal como referiu o vereador Mário Alves, o documento que aqui nos foi apresentado tem efetivamente algumas contradições”. -----

-----O Sr. Francisco Cruz concluiu referindo que “apenas me dirigi a este órgão por indicação do Sr. Presidente da Câmara”, citando como exemplo o que se passou aquando da discussão de um outro caminho em Penalva de Alva, ao que o Presidente da Câmara disse que “todos os cidadãos e os munícipes têm direito de vir aqui apresentar e discutir os seus problemas, agora, a verdade é que aqui também não é o local próprio para se discutirem assuntos de ordem pessoal e sobre isso estamos todos de acordo”. -----

-----No que se refere ao dito caminho em Penalva de Alva, o vereador Mário Alves disse que está escrito em ata pelo que basta compulsar aquele documento e ver o registo que foi efetuado nessa altura, lembrando que “já na altura a pessoa em questão disse que fechava o caminho”. -----

-----O Presidente da Câmara deu por encerrada a discussão relativamente a esta questão -----

2 - ANTES DA ORDEM DO DIA -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

2.1 – INTERVENÇÃO DO VEREADOR MÁRIO ALVES-----

-----2.1.1 – ASSOCIAÇÃO BLC 3 – PLATAFORMA PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO INTERIOR CENTRO-----

-----O vereador Mário Alves referiu-se à Associação BLC 3 – Plataforma para o Desenvolvimento da Região Interior Centro, sublinhando que “quando questionávamos sobre o vencimento do Sr. Henrique Barreto, o Sr. Presidente da Câmara referiu aqui que ele era pago, não com vencimento, mas através da sua participação em projetos da BLC 3, e portanto, como julgo que já foram concluídos alguns desses projetos, questiono o Sr. Presidente da Câmara sobre quanto é que o Sr. Henrique Barreto recebeu, desde que ingressou naquela associação, até hoje, por participação nos mesmos”. Disse igualmente que apenas pretende saber “qual é que foi o prémio político do Sr. Henrique Barreto por tanta “atoarda” que fez no passado relativamente a diversas matérias, no tal jornal que já acabou em suporte de papel e que agora, em *online*, já obriga ao registo do IP”.

-----O Presidente da Câmara aconselhou o vereador Mário Alves a consultar o Diário de Notícias para nele ler a nota que foi feita pela entidade reguladora da comunicação social sobre essa gestão dos comentários no *on line*, frisando que “era bom que a lesse também”.

-----2.1.2 – PESSOAL CONTRATADO PELA ADESA-----

-----O vereador Mário Alves referiu-se à listagem que lhe foi entregue na anterior reunião contendo informação acerca do pessoal contratado pela ADESA, referindo que, depois da análise que efetuou verificou que a mesma contabiliza 6.214,00 €/mês de vencimentos. Esclareceu no entanto que a sua preocupação não é com o pessoal que está contratado pois reconhece que, face à situação que se vive no concelho e no país, tudo o que seja trabalho é bom, mas sim com a forma de pagamento. Questionou assim o Presidente da Câmara relativamente à forma de pagamento à ADESA para quitar essas despesas ao pessoal, sublinhando que “esta é que é a questão”. Salientou ainda que “foi por essa razão que na anterior reunião disse ao Sr. Presidente que esta proposta não é transparente”.

-----O Presidente da Câmara deu conta que, apesar das explicações e da motivação que têm sido dadas às IPSS's, a Câmara Municipal tem tido alguma dificuldade em arrancar com o projeto ATIVOSociais. Referiu no entanto estar a tentar encontrar outras soluções sem ter de recorrer ao NDEIB, uma vez que aquela entidade tem tido uma atividade reduzida, entendendo assim que deve ser criada outra dinâmica para o efeito.

-----Sobre o assunto, o vereador Mário Alves referiu-se à ACIC, lembrando que é uma Associação que se mantém ativa e que já foi parceira da Câmara Municipal em alguns projetos, ao que o Presidente da Câmara referiu tratar-se de uma entidade que também tem alguns problemas ao nível financeiro.

-----O vereador Mário Alves lembrou ainda que “o NDEIB surgiu politicamente para “atacar” a Câmara Municipal, mas, esqueceu-se que, para apoiar as empresas precisavam de candidatar-se a fundos comunitários, e isso não foi feito. Houve uns que foram para lá que não tinham objetivos políticos, agora, o chamado “núcleo duro” tinha objetivos políticos, e portanto, os do não “núcleo duro” que queriam efetivamente fazer prosperar as suas empresas, hoje, naturalmente, que devem sentir-se defraudados com o projeto NDEIB. E como referiu o Sr. Presidente da Câmara, já nem o NDEIB lhe oferece condições para desenvolvimento do projeto ATIVOSociais”.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----O Presidente da Câmara referiu que, na sua opinião, “aquilo que aconteceu foi que o NDEIB não conseguiu criar uma dinâmica de atração”, frisando que “é algo diferente”.-----

-----O vereador Mário Alves realçou que as IPSS, no futuro, também vão ter dificuldades face à publicação da nova lei que regula o seu funcionamento porque também vão ter limites de despesa com pessoal. Sugeriu no entanto que a Câmara Municipal crie uma parceria com as Associações de Bombeiros locais, no âmbito dos Serviços de Proteção Civil, para através delas fazer o aproveitamento dessa mão-de-obra para trabalhos de limpeza em zonas de acesso à floresta, entendendo assim que o concelho lucraria, quer ao nível do ambiente, quer ao nível social porque as pessoas passariam a ter uma forma de rendimento. -----

-----**Neste momento o Sr. Francisco Cruz ausentou-se da sala de reuniões.**-----

-----**2.1.3 – PRESIDENTE DA CCDRC – COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO CENTRO - PROF. NORBERTO PIRES**-----

-----O vereador Mário Alves referiu-se ao pedido de demissão do Sr. Presidente da CCDRC, Prof. Norberto Pires, louvando a sua atitude, posição que foi corroborada pelo Presidente da Câmara. -----

-----O Presidente da Câmara teceu ainda alguns comentários relativamente às razões que levaram o Presidente da CCDRC a tomar tal decisão. -----

-----**2.1.4 – IC6 - PROPOSTA DE MARCHA LENTA**-----

-----O vereador Mário Alves referiu-se à proposta de marcha lenta em defesa da construção do itinerário IC6, apresentada pelo PPD/PSD, salientando que “o pai desta ideia, fui eu, mas num determinado contexto socioeconómico que, infelizmente, se alterou”. Disse entender que “face à situação de crise financeira e social que o país vive, que leva ao desespero de algumas pessoas, isto não faz qualquer sentido”. Mais referiu que “estes assuntos são para ser dialogados e negociados por quem está no exercício de funções, sem grande “festa” para o exterior, no âmbito dos gabinetes e com toda a ponderação porque é isso que deve ser feito”. Entende assim que “só quando são atingidos pontos de rutura é que devemos tomar atitudes mais drásticas”, sublinhando que “este tipo de comportamentos constrange-me porque o populismo também tem limites. E este populismo está a ser exacerbado, curiosamente, por uma força política que sustenta o Governo”.-----

-----O Presidente da Câmara disse que não iria tecer qualquer comentário ao assunto em questão, sublinhando no entanto que “tem piada que seja a comissão política do PPD/PSD, que tem o Governo neste momento, a fazer esta marcha lenta”. Referiu igualmente que “não vejo é os senhores deputados eleitos de Coimbra a manifestarem-se ou a reivindicarem a realização destas obras. Por outro lado, conjuntamente com o seu homólogo de Seia e de Gouveia reuniu com o Sr. Secretário de Estado, e aquilo que ele tem dito, é que o país não tem condições financeiras para executar a obra, mas que acredita que em 2013/2014 comecem a surgir os primeiros sinais para se avançar com aquele itinerário”. Salientou que “foi esta a promessa do Sr. Secretário de Estado”. Manifestou no entanto a sua preocupação relativamente ao estudo do impacto ambiental que caduca já no próximo dia 2 de agosto de 2012, sublinhando que “é fundamental que ele seja renovado, pois caso contrário o processo demorará muito mais”. -----

-----O vereador Mário Alves louvou a atitude política do Sr. Secretário de Estado relativamente a este processo, frisando que “pelo menos foi honesto, teve a hombridade de lhe dizer que “não há condições”, contrariamente ao que era feito no passado”. -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

2.2 – INTERVENÇÃO DO VEREADOR JOSÉ CARLOS MENDES-----

**-----2.2.1 – TRANSFERÊNCIA DE VERBAS PARA AS FREGUESIAS –
ESCLARECIMENTO -----**

-----O vereador José Carlos Mendes referiu-se à transferência de verbas para as freguesias do concelho, sublinhando que “na última sessão da Assembleia Municipal foram feitas várias intervenções que deixaram no ar determinadas dúvidas, ao que algumas pessoas me perguntaram se éramos contra o processo de transferência de verbas para as freguesias”. Esclareceu assim que “se consultarmos as atas das reuniões onde esse assunto foi discutido verificam que isso nunca aconteceu, pois sempre fomos favoráveis à transferência de verbas para as freguesias”, declarando que “consideramos no entanto que os diversos protocolos que foram assinados com as freguesias deviam conter outros elementos que permitissem que as obras a realizar pelas mesmas fossem de qualidade”. Realçou que “foi isso que sempre defendemos porque entendemos que os protocolos deveriam mencionar as obras que necessitavam de projeto, e que as obras a realizar pelas Juntas de Freguesia sejam, previamente, comunicadas à Câmara Municipal para que as mesmas possam ser devidamente acompanhadas e fiscalizadas de maneira a melhorar a sua qualidade”. Declarou igualmente “pretendia que isto ficasse bem explícito, porque nunca fomos contra a transferência de verbas, mas sim que o protocolo seja mais específico de forma a tornar as obras com muito mais qualidade”. -----

-----Sobre o assunto, interveio o vereador Mário Alves referindo que é uma questão sobre a qual se tem debatido, esclarecendo no entanto que “aquilo que houve até hoje foi a transferência de verbas para as freguesias, com o objetivo de mandar realizar obras, porque não houve qualquer transferência de competências”. Mais referiu que “temo-nos debatido com a falta de orçamentos, mas julgo que temos serviços técnicos e nenhum protocolo deve ser assinado com as juntas de freguesia sem que aqueles serviços, no que diz respeito às obras, confirmem que efetivamente a obra não necessita de projeto e que o valor apontado para realização da mesma está de acordo com aquilo que será o eventual custo real da obra”, frisando que “e isso é que é rigor”. Disse igualmente entender que “numa altura destas, não podemos deixar os Srs. Presidentes de Junta fazerem aquilo que bem entendem e ficarmos sem saber se a obra carece ou não de projeto, se o valor atribuído é ou não excessivo, entre outros fatores”. Salientou que a Câmara Municipal tem serviços que podem confirmar estas questões. -----

-----O Presidente da Câmara esclareceu que os orçamentos em questão existem e fazem parte do processo, mas por lapso, não percebeu que eles constavam da pasta que lhe foi dada pelo Gabinete de Apoio às Freguesias. Admitiu que o erro foi da sua responsabilidade, tendo colocado o processo à disponibilidade dos senhores vereadores, para consulta. -----

-----Disse no entanto entender que “aquilo que temos vindo a fazer é uma evolução em termos de rigor do processo e por essa razão é que hoje o assunto volta a constar da presente ordem do dia, precisamente por se entender que os protocolos em questão poderão não ter, o perfeito enquadramento legal”. -----

**-----2.2.2 – PRONÚNCIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SOBRE EXTINÇÃO DE
FREGUESIAS – ESCLARECIMENTO-----**

-----O vereador José Carlos Mendes referiu-se ainda à última sessão da Assembleia Municipal, sublinhando que “no que se refere à discussão tida sobre a reforma administrativa foram ditas



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

muitas coisas no âmbito da proposta que foi presente à Câmara Municipal”. Prosseguiu esclarecendo que “se bem se recordam, nessa reunião, tomei a posição de me abster porque não tinha elementos suficientes para poder tomar uma decisão em consciência. Depois disso, conjuntamente com os eleitos do Grupo Oliveira do Hospital Sempre, recolhi diversos elementos que me levam a ser favorável à pronúncia da Assembleia Municipal relativamente a este assunto”. Esclareceu ainda que “na minha perspetiva, se a Assembleia Municipal não se pronunciar sobre este assunto está a lesar os interesses do concelho”. Disse entender que “a proposta que foi apresentada dá a ideia de que eu, não estava contra, mas também não estava a favor”, sublinhando que “quando votei e porque me foi dada a proposta naquele momento, apesar de ter pedido alguns elementos, que não me foram dados, abstive-me nessa proposta. Contudo, quero hoje esclarecer que a minha posição relativamente a este assunto é de que sou favorável à pronúncia por considerar que, se não houver pronúncia, não se está a defender os interesses do concelho. Também não quer dizer que defendo a Lei que está em vigor, julgo que essa lei, como foi dito na reunião anterior, tem muitas lacunas nomeadamente a não agregação de municípios”. -----

-----Sobre o assunto, o Presidente da Câmara referiu que “até agora, ainda nenhuma Assembleia de Freguesia se manifestou favorável”, salientando que “as que se pronunciaram manifestaram-se contra a reforma administrativa e contra a pronúncia”.-----

-----Relativamente à pronúncia da Assembleia Municipal, disse ter a sua opinião relativamente a esta questão, mas julga que, as forças políticas que entenderem que deve haver uma pronúncia, também devem, na sua opinião, ter a coragem de apresentar a sua proposta de agregação de freguesias. -----

-----O vereador Mário Alves disse discordar por considerar que, neste momento, o que está a ser debatido é a aprovação ou não de uma pronúncia por parte da Assembleia Municipal e só depois de ser tomada uma decisão por aquele órgão é que devem ser apresentadas propostas, posição que foi corroborada pelo vereador José Carlos Mendes. -----

-----2.2.3 – DESLOCALIZAÇÃO DE EMPRESÁRIO PARA OUTRO CONCELHO-----

-----O vereador José Carlos Mendes manifestou a sua estranheza pelo facto de ter tido conhecimento, através da comunicação social, que mais um empresário de Oliveira do Hospital “TRANSOLIVEIRA” se deslocou para outro concelho por não ter conseguido espaço para implementar a sua empresa em Oliveira do Hospital. -----

-----Interveio o vereador Mário Alves referindo que “o empresário em causa deve é dizer que a ele dá-lhe mais jeito, face à tipologia da sua empresa, localizar-se em Tábua, junto das vias de acesso mais rápidas do que em Oliveira do Hospital”. Afirmou que “as pessoas devem ser coerentes e intelectualmente honestas”, sublinhando que, na sua opinião, a decisão do empresário teve mais a ver com estes fatores. -----

-----O Presidente da Câmara disse tratar-se de um assunto que foi objeto de análise em reunião da Câmara Municipal, lembrando que “ultimamente decidimos solicitar à empresa em causa informações adicionais relativamente ao número de trabalhadores, uma vez que, considerámos que o processo não se encontrava devidamente instruído”. Salientou que “foi isso que os serviços da autarquia fizeram mas, até à data, a TRANSOLIVEIRA não respondeu ao solicitado”. Deu conta que, na sequência do tratamento de outros assuntos com o empresário em questão, percebeu claramente que as condições oferecidas pelo Município de Tábua eram melhores que aquelas que o Município de Oliveira do Hospital lhe poderia facultar face ao Regulamento em vigor. Admitiu no entanto que a área solicitada pela empresa era demasiado grande, não tendo até à data recebido qualquer reclamação ou contestação por parte daquele empresário, registando a sua postura. -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----O vereador Mário Alves disse ainda entender que “o concelho relativamente a esta empresa não perdeu absolutamente nada”, frisando que “é o meu pensamento, porque sabemos que o número de funcionários é limitado e muitos deles são de Oliveira do Hospital, e que não vão de deixar de trabalhar na empresa por causa desta mudança, e portanto, o concelho, em termos daquilo que é a essência de um projeto que se pretende que crie a alguma dinâmica, não me parece que tenha perdido nada”. -----

-----O Presidente da Câmara deu conta que há outras empresas do concelho que estão interessadas em adquirir Lotes na Zona Industrial. Concluiu referindo que “não sinto remorsos relativamente a este caso, até porque o nosso entendimento sobre esta matéria está vertido em ata, e porque também sei que agimos de forma transparente”. -----

-----O vereador José Carlos Mendes disse ainda que “relativamente ao caso em apreço custa-me ver que um concelho como o de Oliveira do Hospital, um dos poucos que na zona do interior tem pessoas com capacidade de investir e de correr riscos para criar novas indústrias e novos postos de trabalho, procurem outros concelhos sucessivamente”, sublinhando que “tem sido essa a sina dos empresários do nosso concelho”. Salientou igualmente que “ao contrário do que diz o vereador Mário Alves, julgo que uma empresa deste género poderá criar mais postos de emprego, o que à partida vai acontecer em Tábua. Agora, não podemos é deixar que as empresas se desloquem para outros concelhos”. Defendeu no entanto que o Município de Oliveira do Hospital crie condições que evitem situações deste género. -----

-----**2.2.4 – ZONA INDUSTRIAL DE OLIVEIRA DO HOSPITAL**-----

-----O vereador José Carlos Mendes questionou o Presidente da Câmara relativamente ao ponto de situação da Zona Industrial de Oliveira do Hospital. -----

3 - ORDEM DO DIA-----

3.1 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS-----

A) AUTARQUIAS-----

-----**A-1) FREGUESIA DE LAJEOSA**-----

D.A.G.F./Proc.53/4

-----O Presidente da Câmara propôs à Câmara Municipal que, conforme solicitado, atribua à **Freguesia de Lajeosa**, um subsídio no montante de **30.000,00 € (trinta mil euros)** correspondente a 50% do valor da empreitada (tendo por base 60.000,00 €), destinado às obras de construção da Capela Mortuária daquela freguesia, a pagar de acordo com a evolução dos trabalhos e respetivos autos de medição. -----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, e nos termos do disposto na alínea b) do nº 6 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na atual redação, aprovar a presente proposta. -----

B) INSTITUIÇÕES-----

-----**B-1) ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL PROF VIRGÍLIO HALL DA FONSECA**-----

D.A.G.F./Proc.53/4



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----O Presidente da Câmara propôs à Câmara Municipal que, conforme solicitado pela entidade oficiante, atribua à **Associação de Solidariedade Social Prof. Virgílio Hall da Fonseca**, um subsídio no montante de **8.302,50 € (oito mil, trezentos e dois euros e cinquenta cêntimos)** para fazer face às despesas tidas com a elaboração do projeto do Centro de Dia e Jardim de Infância (2ª tranche – 8.302,50 €), a pagar de imediato. -----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, e nos termos do disposto na alínea b) do nº 4 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na atual redação, aprovar a presente proposta. -----

-----**B-2) JUNTA DE AGRICULTORES DOS REGADIOS DE ALVÔCO DAS VÁRZEAS**

D.A.G.F./Proc.53/4

-----O Presidente da Câmara propôs à Câmara Municipal que, conforme solicitado pela entidade oficiante, atribua à **Junta de Agricultores dos Regadios de Alvoco das Várzeas**, um subsídio no montante de **5.000,00 € (cinco mil euros)**, destinado à execução de diversas reparações em regadio e reconstrução de bordos de levada, a pagar de imediato. -----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, e nos termos do disposto na alínea b) do nº 4 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na atual redação, aprovar a presente proposta. -----

3.2 - DELEGACÃO DE COMPETÊNCIAS NAS FREGUESIAS: DOCUMENTO ENQUADRADOR E MODELOS DE PROTOCOLO DE EXECUÇÃO -----

D.A.G.F./DOC.3

-----Prestados os necessários esclarecimentos por parte do vereador Paulo Rocha, a Câmara Municipal nos termos do disposto no nº1 do artigo 66º da lei nº 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, deliberou, por unanimidade, submeter à aprovação da Assembleia Municipal o documento enquadrador e o respetivo modelo de protocolo de execução, documentos que se anexam e que ficam a fazer parte integrante desta ata, visando a delegação de competências nas juntas de freguesia do concelho. -----

3.3 - PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO COM O MUNICÍPIO DE SEIA -----

D.A.G.F./DOC.4

-----No seguimento da deliberação camarária de 3 de abril de 2012, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar em minuta o protocolo de colaboração a celebrar entre o Município de Seia e o Município de Oliveira do Hospital, visando a utilização do Centro de Recolha (Canil/Gatil) da Câmara Municipal de Seia, documento que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta ata. -----

3.4 - PARTIDO SOCIALISTA DE OLIVEIRA DO HOSPITAL - PEDIDO DE UTILIZAÇÃO DO PARQUE DE SENHOR DAS ALMAS -----

D.A.G.F.

-----Tendo presente o *e-mail* remetido pela entidade acima identificada, a Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, autorizar a cedência do espaço do Parque Merendeiro do Senhor das Almas para a realização de um convívio organizado por aquela entidade em parceria com a Federação Distrital do PS, a levar a efeito no próximo dia 22 de julho, das 11:00 horas às 17:00 horas. -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----Em virtude do Vereador José Francisco Rolo ser em simultâneo o Presidente da Comissão Política Concelhia do PS, ausentou-se da sala de reuniões no momento da discussão, apreciação e votação deste assunto.-----

3.5 - CEDÊNCIA DO PARQUE DO MANDANELHO: -----

3.5.1 - OBRA DE EUGÉNIA GARCIA MONTEIRO DE BRITO-----

D.A.G.F.

-----Tendo presente o ofício com a referência 1/854, datado de 2 de julho de 2012, remetido pela entidade acima identificada, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, autorizar a cedência do espaço do Parque do Mandanelho à Obra de Eugénia Garcia Monteiro de Brito, de Lagares da Beira, bem como o apoio logístico necessário para a realização de um espetáculo de solidariedade, a levar a efeito no próximo dia 15 de setembro, no âmbito da campanha de angariação de fundos para a aquisição de um autocarro.-----

3.5.2 - COOPERATIVA RÁDIO BOA NOVA, CRL -----

D.A.G.F.

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, autorizar a cedência do espaço do Parque do Mandanelho à Cooperativa Rádio Boa Nova, CRL, para a realização da “Festa do Imigrante”, a levar a efeito no próximo dia 18 de agosto. -----

3.6 - OBRAS PARTICULARES-----

3.6.1 - LISTAGEM DE PROJETOS DEFERIDOS E INDEFERIDOS-----

D.P.G.T./DOC.5

-----O Presidente da Câmara deu conhecimento à Câmara Municipal dos Despachos que recaíram sobre os processos de licenciamento de obras particulares, no período compreendido entre 28 de junho e 9 de julho de 2012, conforme listagem que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta ata. -----

3.7 - ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO -----

3.7.1 - MAPA DE TRANSPORTES -----

D.A.G.F./DOC.6

-----Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 65.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro na atual redação, o Presidente da Câmara deu conhecimento à Câmara Municipal dos Despachos que recaíram sobre os pedidos de cedência de transportes, no período compreendido entre 28 de junho e 9 de julho de 2012, e que constam do mapa que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta ata. -----

3.7.2 - TRIBUNAL ADMINISTRATIVO E FISCAL DE COIMBRA - PROC.º Nº 190/09.7BECBR -----

D.A.G.F./DOC.7

-----A Câmara Municipal tomou conhecimento da decisão proferida pelo Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra decorrente da Ação Administrativa Especial - processo n.º 190/09.7BECBR, em que eram intervenientes o Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local – STAL, em representação da sua associada Isilda Maria Mendes



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

Cordeiro, e o Município de Oliveira do Hospital, documento que se dá como anexo à ata da respetiva reunião, que conclui que a referida ação administrativa é improcedente.-----

-----Sobre o assunto, interveio o vereador Mário Alves manifestando a sua satisfação pela decisão que foi tomada pelo Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra, salientando que “afinal, está aqui provado que os Tribunais decidem, e decidem de acordo com a Lei. E portanto, isto vem mais uma vez dar razão e demonstrar que, efetivamente, andou-se a construir uma cabala contra a minha pessoa. O Tribunal provou que todas as decisões por mim tomadas, no contexto deste processo, todas elas estavam dentro da lei e, há decisões, claras e inequívocas, sobre o cumprimento da Lei. Fico imensamente satisfeito por isso”.-----

3.7.3 - ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE LAGOS DA BEIRA - LEGADO PROF. VIRGÍLIO HALL DA FONSECA-----

D.A.G.F.

-----Pelo Presidente da Câmara foi presente o ofício com a referência A.S.S.V. Hall, datado de 21 de junho de 2012, remetido pela Assembleia de Freguesia de Lagos da Beira, a informar que aquele órgão, em sessão ordinária realizada em 6 de junho de 2012, deliberou, por unanimidade, concordar com a transferência do legado monetário para a Associação de Solidariedade Social Professor Virgílio Hall da Fonseca com a finalidade de criar uma obra de âmbito social em Lagos da Beira, de acordo com o desejo demonstrado em testamento pelo mesmo, bem como concordar que a transferência do valor existente seja efetuada de acordo com a evolução dos trabalhos e respetivos autos de medição, servindo ainda para suporte de outras despesas consideradas imprescindíveis e inadiáveis por aquela Associação.-----

-----A Câmara Municipal tomou conhecimento.-----

4 - ASSUNTOS DOS SENHORES VEREADORES-----

4.1 - INTERVENÇÃO DO VEREADOR JOSÉ FRANCISCO ROLO-----

4.1.1 - AÇÃO SOCIAL-----

-----4.1.1.1 – MANUEL ANTÓNIO VALÉRIO ALVES – PEDIDO DE ALTERAÇÃO DO TITULAR DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO-----

D.A.G.F.

-----Tendo presente a informação social nº 41/2012, datada de 6 de julho, e sob proposta do vereador José Francisco Rolo, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, autorizar a mudança de titularidade do contrato de arrendamento da casa nº 11 do Bairro Social de Nossa Senhora da Estrela, freguesia e localidade de Seixo da Beira, anteriormente atribuída ao casal António Alves e Deolinda dos Anjos Valério, que já faleceram, para o nome de seu filho Manuel António Valério Alves, devendo para o efeito ser celebrado novo contrato de arrendamento com o mesmo, a título precário, por um período de 6 meses, renovável e sujeito a reavaliação semestral do GASS, mediante o pagamento de uma renda de 25,00 € (vinte e cinco euros) mensais.-----

4.1.2 – “ESCOLA FELIZ” - PROJETO DE REFORÇO DE APRENDIZAGEM EM ALUNOS DO 1º CEB-----

D.A.G.F./DOC.8



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----O vereador José Francisco Rolo informou a Câmara Municipal que o Município de Oliveira do Hospital, em parceria com o Agrupamento de Escolas Brás Garcia de Mascarenhas, a Associação de Pais do Agrupamento Brás Garcia de Mascarenhas, a CPCJ de Oliveira do Hospital e 4 entidades de Ensino Superior (Universidade de Coimbra, Escola Superior de Educação de Coimbra, Escola Superior de Educação de Viseu e Instituto Piaget) bem como a Universidade Sénior de Oliveira do Hospital e o Banco Local de Voluntariado, vai dar início ao desenvolvimento do Projeto de Reforço de Aprendizagem em Alunos do 1º CEB, denominado “Escola Feliz”, dando conta que esta ação tem como público-alvo os alunos do 1º CEB do Agrupamento de Escolas Brás Garcia de Mascarenhas, com dificuldades de aprendizagem, e visa essencialmente proporcionar a ocupação dos tempos livres numa lógica de consolidação das aprendizagens do ano letivo anterior e de preparação do novo ano, permitir o treino de competências, com vista à melhoria do desempenho escolar e concretizar atividades que permitam um entretenimento saudável, estimulando a criatividade e o gosto pelas atividades de grupo, recorrendo à utilização de materiais lúdicos e pedagógicos. -----

-----Sobre o assunto prestou ainda esclarecimentos adicionais tendo distribuído pelos senhores vereadores cópia da informação social, nº 42/2012, datada de 9 de julho, documento que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta ata. -----

-----Depois de questionado pelo vereador Mário Alves o vereador José Francisco Rolo informou que os custos para a autarquia com este projeto prender-se-ão apenas com a realização de um seguro de acidentes pessoais para os participantes e o pagamento de refeições aos monitores e aos alunos. -

-----A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

4.1.3 – PROGRAMA CONFORTO HABITACIONAL – PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE EXECUÇÃO – ABERTURA DE CONCURSO -----

D.A.G.F./DOC.9

-----Tendo presente o protocolo celebrado entre o Instituto de Segurança Social, I.P. e o Município de Oliveira do Hospital, no dia 21 de junho de 2011 (ratificado por deliberação camarária de 5 de julho de 2011), no âmbito do PCHI - Programa Conforto Habitacional para Pessoas Idosas, que tem como objetivos genéricos prevenir a dependência e institucionalização do cidadão mais idoso, o vereador José Francisco Rolo deu conhecimento à Câmara Municipal que o Conselho Diretivo daquele Instituto aprovou o pedido de prorrogação do prazo de execução deste programa pelo período de 6 meses. -----

-----Em face do exposto, a Câmara Municipal nos termos do disposto no nº. 3 do artigo 68º. da Lei nº. 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, deliberou, por unanimidade, ratificar a Adenda ao Protocolo acima referenciado, celebrada em 26 do mês de junho de 2012, conforme documento que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta ata. -----

-----Assim e considerando que existe verba disponível para o apoio a um mínimo de 15 candidaturas, a Câmara Municipal depois de prestados os necessários esclarecimentos por parte do vereador José Francisco Rolo, deliberou, por unanimidade, abrir novo período para entrega de candidaturas ao Programa Conforto Habitacional para Pessoas Idosas, para que, pelo menos, mais 5 agregados familiares possam ser apoiados na requalificação habitacional e/ou compra de equipamento. -----

4.1.4 – CONTRATO LOCAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL -----

D.A.G.F.

-----O vereador José Francisco Rolo informou a Câmara Municipal que o Município de Oliveira do Hospital foi informado pelo Instituto da Segurança Social de que o Contrato Local de



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

Desenvolvimento Social terminou no passado dia 8 de julho e não vai ser prorrogado. Deu igualmente conta que, na passada sexta-feira, esteve reunido com os membros da direção da entidade executora, a Associação de Desenvolvimento Sociocultural de Vale do Cobral, salientando que entre os assuntos tratados e abordados na mesma, foi efetuada uma análise às áreas que irão ser transferidas para a Rede Social Concelhia sob a alçada do município, designadamente a gestão da Plataforma de Atendimento e Acompanhamento Social Integrado. Referiu que depois da prestação de contas ser presente à Câmara Municipal e em sede do CLAS, para aprovação, o processo fica assim encerrado. Informou no entanto que “ainda assim o processo não foi dado como encerrado sendo que existe um processo negocial em aberto no Instituto da Segurança Social em Lisboa, estando igualmente agendada uma reunião com o Sr. Diretor do Centro Distrital da Segurança Social na perspetiva de se estudar a possibilidade do Contrato Local vir a ser prorrogado”. Fez ainda saber que em intervenção social e comunitária foram investidos no concelho de Oliveira do Hospital, 495.000,00 €, sublinhando que “resta-nos agora junto do Instituto da Segurança Social tentar prolongar esta intervenção”. Frisou no entanto que “neste momento não vislumbro nenhuma fonte de financiamento, contudo não seria caso único a prorrogação de um Contrato Local de Desenvolvimento Social”. -----

-----Sobre o assunto, o Presidente da Câmara propôs à Câmara Municipal a aprovação de um voto de reconhecimento pelo trabalho que foi desenvolvido pela equipa do Contrato Local de Desenvolvimento Social no concelho de Oliveira do Hospital, salientando que “o concelho vai ficar mais pobre sem esta equipa, pois todos aqueles que estiveram envolvidos neste projeto foram incedíveis no trabalho que foi realizado em Oliveira do Hospital”. Realçou ainda que “a equipa ultrapassou muitas vezes aquilo que era o horário do seu quotidiano para trabalhar no âmbito deste projeto”.-----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a presente proposta. -----

-----Mais foi deliberado dar conhecimento da presente deliberação à equipa do Contrato Local de Desenvolvimento Social do concelho de Oliveira do Hospital. -----

4.2 - INTERVENÇÃO DA VEREADORA GRAÇA SILVA -----

-----4.2.1 – ACORDO DE PARCERIA INSTITUCIONAL ENTRE O MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL E A ACIC – ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE COIMBRA -----

D.A.G.F/DOC.10

-----Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ratificar o Acordo de Parceria Institucional celebrado, em 25 de junho de 2012, entre o Município de Oliveira do Hospital e a ACIC – Associação Comercial e Industrial de Coimbra, tendo em vista a realização de Ações de Dinamização e Sensibilização do Comércio de Oliveira do Hospital, conforme documento que se anexa e que fica a fazer integrante desta ata. -----

-----Sob proposta da vereadora Graça Silva foi ainda deliberado, por unanimidade e nos termos do referido acordo de parceria, atribuir à ACIC - Associação Comercial e Industrial de Coimbra um subsídio no montante de 6.148,00 € (seis mil, cento e quarenta e oito euros), destinado à organização do evento “Bobadela Moda – 2012”.-----

4.3 - INTERVENÇÃO DO VEREADOR PAULO ROCHA -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

**-----4.3.1 – GRUPO DE CANTARES DA FREGUESIA DE VILA POUCA DA BEIRA –
“MELODIAS E TRADIÇÕES DA BEIRA SERRA” - RETIFICAÇÃO DE DELIBERAÇÃO**

D.A.G.F./Proc.53/4

-----No seguimento da deliberação camarária de 12 de junho de 2012, o vereador Paulo Rocha apresentou ao executivo os documentos de despesa inerentes à edição de um CD por parte do Grupo de Cantares da Freguesia de Vila Pouca da Beira – “Melodias e Tradições da Beira Serra”, tendo a Câmara Municipal deliberado, por maioria, com os votos favoráveis dos vereadores José Francisco Rolo, Graça Silva, José Carlos Mendes, Telma Martinho e Paulo Rocha e do Presidente da Câmara, e o voto contra do vereador Mário Alves, pelas razões anteriormente aduzidas sobre esta matéria, revogar a referida deliberação e atribuir àquela entidade um subsídio no montante de 500,00 € (quinhentos euros) para fazer face às despesas tidas com a edição do CD em apreço, ou seja, o correspondente a 50% da despesa efetuada.---

4.3.2 – LIMITES DE ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO E A MÉDIO E LONGO PRAZO PARA 2012 – INFORMAÇÃO-----

D.A.G.F.

-----O vereador Paulo Rocha referiu-se aos limites de endividamento fixados para os Municípios, dando conta que no que se refere ao Município de Oliveira do Hospital, para o ano de 2012, foi fixado o montante de 2.601.256,00 € para o limite de endividamento líquido e o montante de 5.678.954,00 € para o endividamento a médio e longo prazo.-----

-----Depois de questionado pelo Presidente da Câmara, o vereador Paulo Rocha prestou ainda esclarecimentos adicionais sobre o assunto, nomeadamente no que se refere à utilização do valor resultante do rateio para efeitos de empréstimos de MLP no ano de 2012.-----

-----A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

5 – OUTROS ASSUNTOS: -----

-----Sob proposta do Sr. Presidente, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade e nos termos do artº 19º do Decreto-Lei 442/91, de 15 de novembro, na sua atual redação, incluir na Ordem do Dia os seguintes assuntos: -----

----- 5.1 – PROPOSTA DE AUMENTO DO FUNDO DE MANEIO -----

D.A.G.F./Proc.53/4

----- O Presidente da Câmara fez a seguinte proposta: -----

----- “Considerando que: -----

----- - o art.º 10.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 12 de Junho determina que “os pagamentos efetuados pelo fundo de maneio são objeto de compromisso pelo seu valor integral aquando da sua constituição e reconstituição, a qual deve ter caráter mensal e registo da despesa em rubrica de classificação económica adequada”; -----

----- - tal normativo permite agilizar o processo de assunção de pequenas despesas;-----

----- - o fundo permanente existente é de apenas 500,00 € (quinhentos euros) revelando-se tal valor escasso para as despesas a suportar, **proponho o seguinte:** -----

----- - o aumento do valor do fundo permanente para 1500,00 € (mil e quinhentos euros), a distribuir pelas seguintes rubricas:-----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

Constituído em nome	Natureza das atividades	Rubricas do Orçamento	Montante
Anabela Sousa Rodrigues	Gasóleo	02/02010202	250,00 €
	Representação dos serviços	02/020211	100,00 €
	Comunicação	02/020209	100,00 €
	Deslocações e estadas	02/020213	300,00 €
	Aquisição de serviços – Outros serviços	02/020225	250,00 €
	Aquisição de bens e serviços – Outros bens	02/020121	500,00 €
			1.500,00 €

----- - a consequente alteração dos artigos 8.º e 9.º do Regulamento de Fundos de Maneio aprovado em reunião camarária de 28 de Maio de 2002, de harmonia com o aumento e distribuição ora propostos.” -----

-----Depois de analisada, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente proposta. -----

5.2 – CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS – “ARTº 26º DA LEI Nº 64-B/2011, DE 30 DE DEZEMBRO” -----

-----5.2.1 – “ALUGUER DE EQUIPAMENTO INFORMÁTICO, NO ÂMBITO DO PROJETO IGUALDADE LOCAL, CIDADANIA RESPONSÁVEL” -----

D.A.G.F./DOC.11

-----Tendo presente a informação dos serviços, datada de 5 de junho de 2012, que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta ata, a Câmara Municipal por proposta do Presidente da Câmara deliberou, por unanimidade, emitir parecer favorável quanto à contratação da prestação de serviços para: “Aluguer de Equipamento Informático, no âmbito do Projeto Igualdade Local, Cidadania Responsável”, mediante processo de ajuste direto à empresa Seiatrónica – Computadores, Lda., no valor de 7.173,80 € (sete mil, cento e setenta e três euros e oitenta cêntimos), a que acrescerá o IVA. -----

-----5.2.2 – “REALIZAÇÃO DE ESPECTÁCULOS MÚSICAIS, A TER LUGAR NO PARQUE DO MANDANELHO, NO ÂMBITO DA EXPOH/2012” -----

D.A.G.F./DOC.12

-----Tendo presente a informação dos serviços, datada de 5 de junho de 2012, que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta ata, a Câmara Municipal por proposta do Presidente da Câmara deliberou, por unanimidade, emitir parecer favorável quanto à contratação da prestação de serviços para: “Realização de Espectáculos Musicais, a ter lugar no Parque do Mandanelho, no âmbito da EXPOH”, mediante processo de ajuste direto às empresas Ritmo do Universo, Unipessoal, Lda., no valor de 47.500,00 € (quarenta e sete mil e quinhentos euros), a que acrescerá o IVA, e Orquestras Costa Verde & F.P., Lda., no valor de 5.285,00 € (cinco mil, duzentos e oitenta e cinco euros), a que acrescerá o IVA. -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----5.2.3 – “ARRANJO PAISAGISTICO DO JARDIM DO CORETO NO ERVEDAL DA BEIRA”-----

D.A.G.F./DOC.13

-----Tendo presente a informação dos serviços, datada de 19 de junho de 2012, que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta ata, a Câmara Municipal por proposta do Presidente da Câmara deliberou, por unanimidade, emitir parecer favorável quanto à contratação da prestação de serviços para: Arranjo Paisagístico do Jardim do Coreto no Ervedal da Beira”, mediante processo de ajuste direto à empresa Beirajardins – Manutenção de Jardins, Lda., no valor estimado de 9.999,52 € (nove mil, novecentose noventa e nove euros e cinquenta e dois cêntimos), a que acrescerá o IVA.-----

-----Ainda sobre este assunto, o vereador Mário Alves disse entender que a Junta de Freguesia de Ervedal da Beira deveria, agora, celebrar um contrato de manutenção daquele espaço, com a empresa adjudicatária, ou outra equiparada, para que o investimento em causa não seja em vão, ao que o Presidente da Câmara respondeu que “isso já foi feito pela Junta de Freguesia”.-----

-----5.2.4 – INTERVENÇÃO DO VEREADOR JOSÉ CARLOS MENDES-----

-----O vereador José Carlos Mendes requereu ao Presidente da Câmara que lhe seja facultada a agravação da presente reunião, nomeadamente no que se refere à intervenção do Sr. Francisco Cruz, no período de intervenção do público, ao que o Presidente da Câmara não se opôs disponibilizando-se para atender ao solicitado.-----

----- APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA -----

-----De acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, a Câmara Municipal deliberou, **por unanimidade**, aprovar a presente ata em minuta.-----

-----A presente ata foi distribuída a todos os presentes e por eles assinada, procedimento que dispensa a respetiva leitura conforme determina o n.º 4 do D. L. 45.362, de 21 de novembro de 1963. ------

----- CONCLUSÃO DA ATA-----

-----E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Senhor Presidente encerrada a reunião, pelas **catorze horas**, da qual para constar se lavrou a presente ata, que vai ser devidamente assinada pelos Senhores Vereadores que o desejarem e que eu, _____, na qualidade de secretário redigi.-----



**REUNIÃO ORDINÁRIA
PÚBLICA DE 10 DE
JULHO DE 2012**

MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----**Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, 10 de julho de 2012** -----

Presidente

Vereadores



**REUNIÃO ORDINÁRIA
PÚBLICA DE 10 DE
JULHO DE 2012**

**MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL**

**Documentos anexados ao final desta ata ao abrigo do
Decreto-Lei 334/82, de 19 de agosto.**